

A biblioteca pública como um não lugar

Daniele Achilles (UNIRIO) - danyachilles1@yahoo.com.br

Renata Oliveira da Silva (Unirio) - renataoliveirasilva@gmail.com

Resumo:

As inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais ocorridas nas últimas décadas, principalmente no Brasil, acarretaram muitos problemas e indefinições para os estudos em Bibliotecas Públicas. O presente trabalho de cunho teórico, se caracteriza como uma pesquisa social, de natureza qualitativa e objetiva repensar o conceito biblioteca pública a partir da constatação da sua falta de aderência e ressonância social. Apresenta a biblioteca pública como um não lugar localizada nas elaborações teóricas de Marc Augé (2012). Conclui que o entendimento de que o conceito de biblioteca pública deve se diferenciar do que ele realmente é, revelando a desconexão entre sua ordem teórica e prática. Com vistas nisso, não nos basta apenas analisar e enfatizar os casos de ordem prática se ainda os problemas de ordem teórica são desconsiderados e pouco debatidos. Desse modo, o alinhamento dessas ordens ou dimensões podem ajudar as bibliotecas públicas brasileiras a trazer à realidade sua falta de ressonância social, afirmá-las e produzir modos criativos de melhorar o seu saber-fazer com o intuito de superar a atual crise em que se encontram e resistir à conjuntura política atual que positiva a cultura do privilégio.

Palavras-chave: *Biblioteca Pública. Biblioteca Pública Brasileira. Biblioteca Pública - Não Lugar.*

Eixo temático: *Eixo 3: Cultura do privilégio*



XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Vitória, 01 a 04 de outubro de 2019.

A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO UM NÃO LUGAR

Eixo Temático: 3 – Cultura do privilégio

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

As inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais ocorridas nas últimas décadas, principalmente no Brasil, acarretaram muitos problemas e indefinições para os estudos em Bibliotecas Públicas. Esse campo vem tentando compreender os fenômenos, bem como os processos que afetam essas instituições sociais, culturais e de memória. Com vistas nisso, o objetivo desta comunicação é enfatizar uma questão de cunho epistemológico - a defasagem entre o que esse tipo de biblioteca deveria ser e o modo como ela é. Tal preocupação se dá em virtude da observância da falta de aderência e ressonância social que as bibliotecas públicas brasileiras vêm sofrendo na contemporaneidade. Alertar para essa defasagem pode suscitar uma série de questionamentos, tais como: qual o sentido dessas instituições para a sociedade? Qual o impacto que elas têm na formação do sujeito? Como elas podem transformar vidas? dentre outros. A constatação de que as bibliotecas públicas brasileiras se encontram desconectadas da vida e, mais pontualmente, da realidade dos sujeitos, em sua maioria, nos remete a reflexões acerca do como elas podem atuar política, econômica, cultural e socialmente interferindo nos processos de construção dos modos de vida. As diferenças sociais pautadas na cultura do privilégio geraram desde a criação da primeira biblioteca pública brasileira, construída em Salvador,

na Bahia, em 1811, hierarquias no que tange o acesso à informação conformadas pelas estruturas de poder vigente nesta época e que se mantiveram, de certa forma, até os dias de hoje, sendo que sob influência de outras estruturas. Desse modo, trabalhar a biblioteca pública a partir das elaborações teóricas de Marc Augé (2012) é conceder um novo olhar sobre o entendimento conceitual dessa instituição, revelando assim um viés teórico para a reflexão do conceito no âmbito da cultura do privilégio. Assim, esta comunicação é produto de uma pesquisa teórica sobre o conceito biblioteca pública e a apresenta como um não lugar.

MÉTODOS DA PESQUISA

Esta pesquisa se define como social porque procura compreender as dinâmicas e os fenômenos que desempenham um papel importante para o campo teórico e científico, bem como para a vida cotidiana e para as práticas empíricas vivenciadas pela biblioteca pública e seus agentes. Se classifica como teórica com natureza qualitativa porque valoriza o entendimento do conceito biblioteca pública e enfatiza a via epistemológica para estruturar o objetivo proposto – configurar esse tipo de instituição como um não lugar perante a perspectiva de Marc Augé (2012).

DISCUSSÃO

Segundo o antropólogo Marc Augé, as transformações pelas quais passou a sociedade atual resultantes do processo de globalização acelerou deslocamentos, diminuiu distâncias e modificou a nossa relação com o tempo e com o outro. Essa mudança de percepção e de relacionamento produz o que Augé (2012) chamou de “não lugar” que surge em certa oposição ao “lugar antropológico”. Augé caracteriza o lugar antropológico como lugar simbólico por si, identitário, relacional e histórico (2012, p.52). São lugares nos quais e pelos quais o sujeito estabelece ao longo de sua jornada estreito relacionamento, desenvolvendo um laço identitário. A relação entre o sujeito e o lugar antropológico não necessita de mediação simbólica, o próprio lugar já é reconhecido por aqueles que o vivenciam. O lugar antropológico

se dá na construção das narrativas, dos relatos e nas experiências individuais e coletivas que o fortalece e o sustenta, ou seja, são vivenciados. Os lugares antropológicos apresentam-se cada vez mais em lugar específico, limitados a viverem como “lugares de memória”.

Reservamos o termo “lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. [...] o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (AUGÉ, 2012, p. 51).

O não lugar é identificado por Augé (2012) como lugares de passagem, cuja ligação com o indivíduo não é estruturada. Nessa perspectiva, há um esvaziamento de sentido que reflete a não construção de relação entre as partes. O processo de construção histórica é mínimo, visto que não há entre os pares sociais frequência satisfatória que produza o relato de troca de experiência individual e coletiva. Portanto, se estabelece aqui uma relação não identitária em decorrência do sujeito e lugar não participarem de uma narrativa comum e conseqüentemente os elementos simbólicos representativos do lugar e da sua condição não serem reconhecidos.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar (AUGÉ, 2012, p. 73).

É importante esclarecer que a classificação de um lugar em antropológico ou em um não lugar é estabelecida diante da conexão construída com o indivíduo que a vivência, diante do seu modo de apropriação. Na relação das práticas sociais que ali são estabelecidas: os vínculos sentimentais, sociais, psicológicos ou históricos que irão construir a caracterização dessa relação.

Ele é apenas a ideia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros. Essa ideia pode ser parcial ou mitificada. Ela varia com o lugar e o ponto de vista que cada um ocupa (AUGÉ, 2012, p. 54).

Desta forma, o ideal de biblioteca como espaço de difusão do conhecimento, simbolicamente construído como espaço de cultura não encontra eco entre aqueles que não tiveram sua vivência relacionada a esse lugar. Não há, portanto, a construção histórica de identificação do sujeito com o objeto biblioteca, tornando o lugar antropológico biblioteca em não lugar quando nos referimos à construção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa comunicação traz a configuração da ideia conceitual trabalhada por Marc Augé (2012) e ressoa como uma via de entendimento teórico para repensar o conceito biblioteca pública no Brasil. O não lugar é a categoria que nos permite refletir diante de uma perspectiva menos rígida sob uma imagem na qual se pode relativizar o conceito em questão. A finalidade é lançar um novo olhar que se coloca em um caminho epistemológico, admitindo assim, a biblioteca pública como um lugar que não permite a identificação dos sujeitos, quiçá a sua apropriação. Isso porque esse conceito vem sendo concebido no Brasil desde o seu surgimento, em 1811, em Salvador, na Bahia e, revela-se à sombra do espectro da cultura do privilégio e desconsidera as experiências e vivências dos sujeitos que podem 'oxigenar' suas práticas e, conseqüentemente, suas teorias, minimizando cada vez mais essa defasagem e gerando um preenchimento de sentido no que tange a potencialização do sujeito social perante a sua formação como sujeito autônomo, crítico e dotado de competência informacional para exercer a cidadania, direitos de participação, de democracia, econômicos formalizando um país mais igualitário, justo e inclusivo. A intenção de apresentar a pesquisa em um evento de cunho mais profissional se justifica pelo entendimento de que o conceito de biblioteca pública precisa ser mais amplamente discutido. Não nos basta apenas olhar para os casos de ordem prática se desconsideramos os problemas de ordem teórica. Acreditamos que o alinhamento dessas ordens ou dimensões podem ajudar as bibliotecas públicas brasileiras a trazer à tona, à realidade sua falta de ressonância social,

afirmá-las e produzir modos criativos de melhorar o seu saber-fazer com o intuito de superar a atual crise em que se encontram e resistir à conjuntura política atual.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus Editora, 2012.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. El obstáculo epistemológico y la biblioteca, 2008. In.: **XXVI Coloquio de Investigación Bibliotecológica y sobre la información**, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, UNAM, Ciudad de México (México), Jueves, 2 oct. 2008.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramaZero**, [s.l.], abr., 2015.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon.**, Universidade de Brasília, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. **R. Esc. Bibliotecon.**, UFMG, Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 205-212, set. 1983.

FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017.